

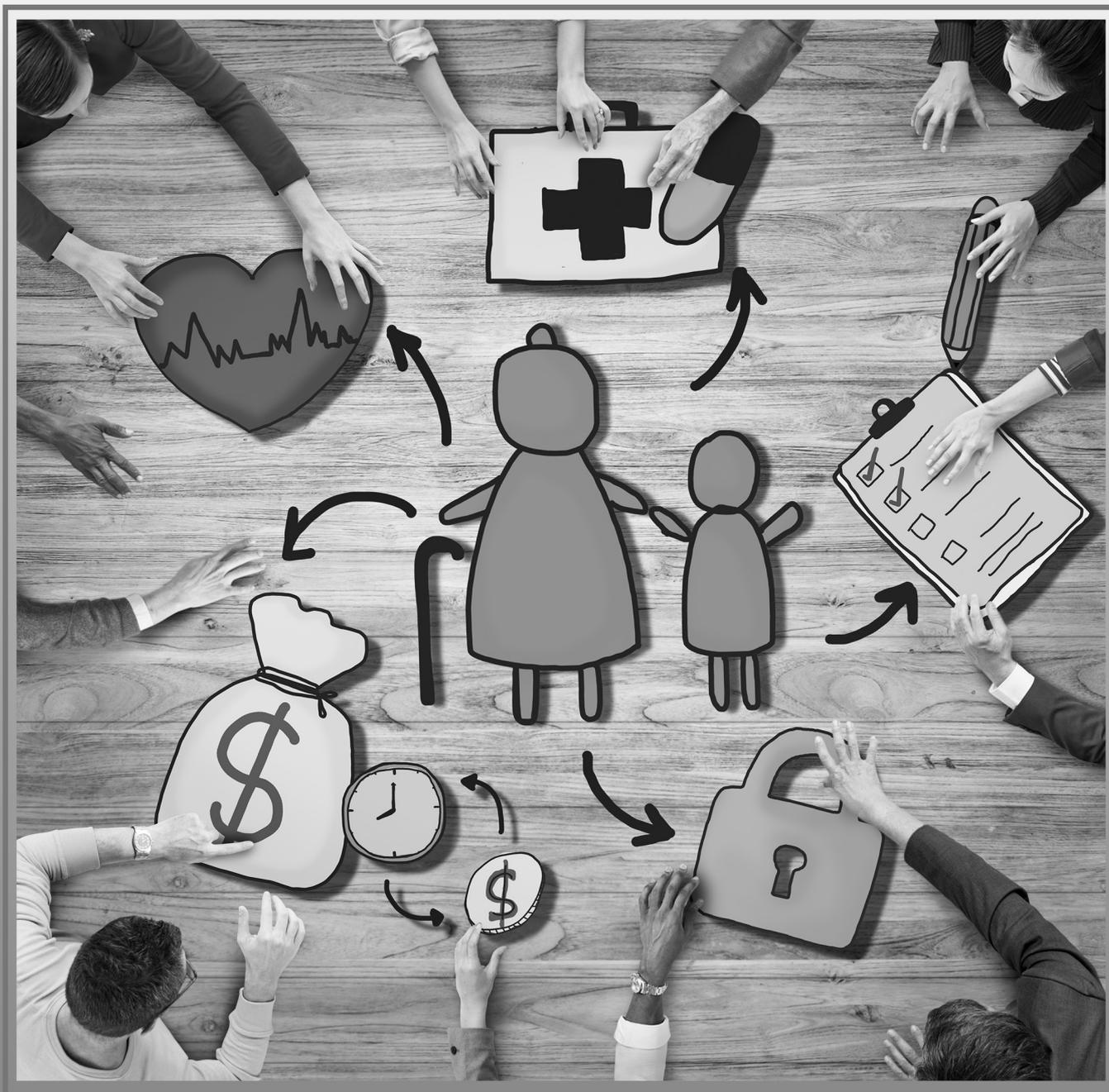


Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR	
Eugênia Aparecida Cesconeto	
Monica Pereira	
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji	
DOI 10.22533/at.ed.3402029071	
CAPÍTULO 2	11
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES	
Jociane Souza da Silva	
Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta	
Victor Tavares Batista	
Simone Silva	
Bruno Xavier Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3402029072	
CAPÍTULO 3	21
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Alice Mendes Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3402029073	
CAPÍTULO 4	29
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
Franciele Theves da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.3402029074	
CAPÍTULO 5	42
O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
Luciano Aparecido Pereira Junior	
Regina Célia de Souza Beretta	
DOI 10.22533/at.ed.3402029075	
CAPÍTULO 6	54
PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Marlí Elisa Nascimento Fernandes	
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin	
Maria Lúcia Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.3402029076	
CAPÍTULO 7	66
FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3402029077	

CAPÍTULO 8	76
FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
Débora Holanda Leite Menezes Maurício Caetano Matias Soares	
DOI 10.22533/at.ed.3402029078	
CAPÍTULO 9	87
A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO	
Patrícia Quinto Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3402029079	
CAPÍTULO 10	99
PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
Amanda dos Santos Silva Midiã Olivia Bentes Sant'ana Priscila Elen Souza Oliveira Yasmin Thais Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290710	
CAPÍTULO 11	112
RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO	
Francisco das Chagas dos Santos Alves Aldení Gomes de Araújo Júnior Luan Alexandre da Silva Dantas Vanessa Amancio da Silva Hiorrana Larissa da Silva Flaviana Fernandes Martins Mariana Dantas Maria do Rosário Santos	
DOI 10.22533/at.ed.34020290711	
CAPÍTULO 12	122
O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS	
Jailma da Costa Batista Ranyellen Félix de Souza Felicidade Dayana Monteiro Dias Andressa Cassiano de Araújo Francely dos Santos Moura	
DOI 10.22533/at.ed.34020290712	
CAPÍTULO 13	132
TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL	
Gláucia Maria Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.34020290713	
CAPÍTULO 14	141
DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER	
Maria Auxiliadora de Castro Coutinho	

CAPÍTULO 15	149
MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290715	
CAPÍTULO 16	161
ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO	
Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli	
DOI 10.22533/at.ed.34020290716	
CAPÍTULO 17	175
ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.34020290717	
CAPÍTULO 18	193
ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.34020290718	
CAPÍTULO 19	205
O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO	
Pamalla Sheron Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.34020290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Débora Holanda Leite Menezes

Assistente Social /TJRJ

Maurício Caetano Matias Soares

Doutorando em Serviço Social da UERJ

RESUMO: O Serviço Social reconhece o protagonismo da família na construção e condução das redes primárias de proteção por isso deve atentar-se para o processo assumido pelas políticas públicas de deslocar da esfera do Estado e colocar sobre as famílias a responsabilidade total da proteção, principalmente no âmbito saúde, onde isso ganha adjetivo de “humanização”.

PALAVRAS-CHAVE: Família; redes; política de saúde

ABSTRACT: The Social Service is the protagonism of the family in the construction and leadership of the social protection for the decision process in the making process contemporary. Such networks primary and informative, of selfless and spontaneous support are made up of family and close groups. Hence the protagonism of the family in the organization and the beginning of the networks. However, the

focus is not centered on networks, but rather on the new role played by the family, consequently, in social networks, in social protection, with regard to health care, which has been shifting from the actions of the government adjective that of civil society with a mask of humanization.

KEYWORDS: Family; primary care; social health policies

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de uma reflexão sobre a família e do papel assumido pelas redes primárias frente as políticas sociais contemporâneas. Sabe-se que o cenário baseado nos ideais do neoliberalismo fortalece a valorização do mercado, da subjetividade, do individualismo e a diminuição do investimento do Estado no social, com o intuito de construir um processo de acumulação de capital, cujo ator principal é o mercado.

Nesse contexto a família ganha centralidade e se destaca como o ator que receberá deste “novo” Estado à função precípua de prover a proteção social de seus entes por meio do consumo de bens e serviços, que estão expostos como mercadorias, descaracterizando a condição

de direitos e dando a característica de produto no cerne do processo de mercadorização das necessidades sociais e despolitização da questão social.

A função de provedora da família, assumida historicamente, não lhe foi retirada, mas ao longo dos anos, o Estado compartilhou essa função, não no sentido paternalista, mas sim no de reconhecimento dos direitos sociais expressos nas lutas democráticas protagonizadas pelos movimentos sociais, com destaque para os representantes da classe trabalhadora. Cabe ressaltar que tal papel do Estado também está relacionado às necessidades do capital encenadas em suas propostas de superação de suas crises cíclicas.

O que se põe em tela nesse artigo se refere a desresponsabilização do Estado e o seu comportamento de repasse do seu compromisso com a proteção social para a sociedade civil, sendo essa quase que totalmente absorvida pela família. Nesse viés, o presente busca abordar o papel assumido pelas famílias nas redes sociais frente às políticas sociais contemporâneas ao passo que analisa as contribuições desse “novo” papel para o desenvolvimento do capital e o retrocesso dos direitos, apontando as formas de viabilização desse processo nos âmbitos social, econômico, político, cultural e ideológico.

A família é o ator principal das redes primárias e informais de apoio desinteressado e espontâneo, que também são compostas pela vizinhança e por grupos próximos. Na área da saúde, essa rede se constitui como principal ele de suporte e apoio ao usuário tanto no acesso como na manutenção do tratamento. Portanto, o estudo sobre essa rede e os impactos que ela tem recebido no cerne das propostas de políticas sociais neoliberais devem receber plena atenção dos assistentes sociais em duas vias importantes. Uma relacionada à necessidade do fortalecimento dessa rede para o suporte do usuário e outra inerente a necessidade de compreensão do contexto impresso na relação política social e família para que a ação profissional do assistente social não se vincule a uma prática moralizadora e culpabilizadora da família e da rede próxima das mazelas da questão social que são oriundas da dinâmica contraditória do capital.

Para isso, este ensaio traz uma compilação de estudos sobre a temática dos cuidados em saúde, das políticas sociais de saúde, das redes sociais e da proteção social expressos em três vias. Uma que abarca o debate sobre a trajetória histórica da família e a sua transformação no espaço sociocultural. A outra que trata da política de saúde e a nova face dada a elas pelo neoliberalismo. E, a última que está relacionada à articulação das políticas sociais na produção do “bem-estar” por meio das redes assistenciais primárias, cujo ator principal é a família.

2 | A FAMÍLIA

A relação da família com a proteção social está intrínseca a sua própria história de existência. Com base nos contos bíblicos e históricos percebemos que a família como célula

mater da sociedade é considerada o lugar habitual de reprodução biológica da população humana, privilegiado da sua reprodução social e, também lugar onde se entrecruzam as relações sociais fundadas na diferença dos sexos e nas relações de filiação, de aliança e de coabitação. E, ainda como espaço de divisão de responsabilidades sociais (público e privado) e de naturalização das relações e enaltecimento de sentimentos naturais (morte, nascimento, dor, amor, maternidade sexo) (Lefaucher, 2003).

Em seu ensaio sobre a evolução da família europeia, Áries (1981), por meio de gravuras pintadas pelos séculos, a partir do X, revela a magnitude da entidade que é a família e a sua responsabilidade com os cuidados e manutenção de seus membros.

No modelo nuclear, a formação “ideal” de família correspondia à lógica bíblica defendida pela igreja e representava o cumprimento da vontade divina, logo abençoada por Deus. Os sentimentos não eram considerados. Os filhos em seu nascimento já possuíam o seu destino traçado pelos pais, que defendiam a moral e os bons costumes. O homem deixaria o seu pai e sua mãe e se encontraria com a mulher prometida, procriariam e juntos “viveriam felizes para sempre!”.

Nesse modelo o que prevalece é o padrão patriarcal, ou seja, a mulher é submissa ao homem e responsável pelas tarefas do cotidiano no domicílio. A ela cabe a responsabilidade da educação, da moralização, dos cuidados e do enquadramento da família a sociedade. Historicamente, a mulher se insere no lugar do cuidar e do cuidado, da manutenção das estruturas familiares. Podemos considerar, portanto, que a mulher assume a manutenção subjetiva da família enquanto o homem a material, pois a ele concebia a responsabilidade dos proventos. Até nas famílias mais abastardas em que as mulheres colaboravam na produção dos recursos materiais, os louros eram dos machos provedores.

Assim, a relação de gênero se revela desigual, principalmente, no que tange ao reconhecimento do trabalho da mulher e a fidelidade no casamento, pois o homem traía a mulher e esta deveria aceitar a traição como característica própria desse homem, que já deixava expresso na referida relação à divisão entre o público e o privado. A rua era o local de trabalho, do prazer e da profanidade, quanto a casa, era considerada o local do sagrado assim como a família, portanto, inviolável e respeitada. O profano não tinha vez. Essa característica define a fragilidade e os dons “divinos” de ser mulher.

Áries (1981) assinala a ampliação da família idílica, devido às necessidades de cuidados, principalmente, com os idosos da família. Cabia a mulher (esposa, filha, nora) cuidar da saúde dos anciãos, manifestando no cotidiano das famílias o laço de intergeracionalidade, que somado a presença dos criados, que em muitos casos são considerados parte integrante da família, estendendo-a de seu estado nuclear, porém a sua classificação conceitual permanece sem alterações.

Concomitantemente a esse processo de mudança no cerne das famílias medievais, verifica-se a preocupação e a entrada gradativa das crianças (refere-se aqui aos meninos) nas escolas com o intuito de propagar as culturas e os conhecimentos.

Outro fator externo descende do Estado com a laicização dos laços da família. Com a legalização do casamento as alianças entre marido e mulher não cumprem apenas com os compromissos religiosos e morais, mas também com os legais. Isso “reforça o poder do marido e dos homens em geral, estabelecendo a desigualdade entre homem e a mulher¹” (GUEIROS, 2002, 106).

No cerne desta questão a classificação de grau de parentesco vem limitar as relações de heranças e coloca em cena uma “garantia” de proteção da família, contrária da lógica prevalecente até a era medieval, cuja preocupação centrava na não-divisão do patrimônio e no fortalecimento da concepção de linhagem, o que vai influenciar no âmbito relacional entre os membros da família na construção de um processo antagônico de aproximação e afastamento de seus membros. Cabe ressaltar que este processo descende dos novos rumos estabelecidos pelas relações sociais no desenvolvimento da sociedade capitalista.

Neste período, (...) os laços de linhagem – características da Idade Média – se enfraquecem, e, paralelamente, ao fortalecimento do poder do marido, passa-se a valorizar os laços de família e, a partir de então, começa o desenvolvimento da família moderna (GUEIROS, 2002, 106).

No século XVIII, as mudanças no interior das famílias já são expressas em todas as camadas sociais e a preocupação com a saúde e a educação passam a ser o foco dos pais sobre os filhos, por isso no fim deste século ao início do seguinte, as meninas passam ter acesso às escolas e ao sistema de ensino. Isso reflete diretamente no papel social da mulher.

Não obstante, este período é marcado pelo avanço das indústrias e do processo de urbanização acelerado das cidades, exigindo um tipo de mão de obra conveniente ao desenvolvimento do mercado, favorecendo de um lado o êxodo rural e do outro o aumento da pobreza e da exclusão social.

As ideias liberais e positivistas determinavam a construção de uma nova ética e, conseqüentemente, um novo comportamento social pautado no individualismo, logo o indivíduo passa a ser o protagonista de sua inclusão social, a qual só é possível por meio do trabalho. E, é este trabalho que dá as condições financeiras, ou seja, o salário, para o trabalhador custear os recursos materiais necessários para a satisfação de suas necessidades e das necessidades de seu ciclo de convivência.

Essa sobrecarga do trabalhador na provisão do social aliada à exploração do trabalho e a agudização da pobreza, juntamente com o processo de construção de identidade de classe dos trabalhadores, resulta em manifestações populares deste segmento da sociedade, que expressa o protagonismo social dos trabalhadores, transcendendo-os a esfera política da sociedade.

1. “No século XIV, começam a se operar mudanças na família medieval, que vão se processar até o século XVII. Neste período, a situação da mulher é também alvo de mudanças, caracterizadas pela perda gradativa de seus poderes, o que culmina no século XVI, com a formalização da incapacidade jurídica da mulher casadas e a soberania do marido na família. Assim, a mulher perde o direito de substituir o marido em situações nas quais ele se ausenta ou é considerado louco e qualquer ato seu tem efeito legal apenas se autorizado pelo marido” (GUEIROS, 2002, p. 106).

Em outras palavras, o movimento dos trabalhadores em prol a melhoria das condições de trabalho e aumento dos salários, concretiza a sua transição no processo de classe em si para classe para si, denunciando à sociedade a questão social.(BEHRING; Boschetti, 2007).

Ainda no século XIX observa-se nos palcos das famílias a emersão de um novo protagonista expresso pelo Movimento Feminista, que culminará na fragilização e questionamento do modelo patriarcal, colocando em cena a escolha como principal fundamento do casamento, respeitando os laços do amor e não mais os da mera sociabilidade. A legalização do divórcio fortaleceu esta ideia, dando uma nova chance aqueles, cuja aliança não foi certa.

Nesse contexto podemos afirmar que a urbanização e a expansão da indústria acentuaram nas primeiras décadas deste século XX, produzindo mudanças significativas nas feições da família e de toda a sociedade. Apesar da valorização da independência da mulher, em nenhum momento os novos tempos caminharam no sentido de uma alteração profunda nos papéis de gênero e na estrutura tradicional da família: a educação da mulher volta-se para o casamento, para a vida doméstica e familiar e para melhor poder instruir os filhos.

No cenário político além do Movimento Feminista e das lutas da classe trabalhadora pelo reconhecimento de direitos e melhores condições de trabalho, outras lutas foram encenadas nesse período, principalmente, no pós Segunda Guerra Mundial, quando o mundo assolado pelas tragédias da guerra se propõe em meio ao processo de reestruturação material das cidades uma possível reconstrução das sociedades, cujos valores respeitariam e reconheceriam o homem como ser humano dotado de valores individuais e coletivos.

Esse cenário proporciona o surgimento de uma série de movimentos sociais, que apresentaram como pauta de luta a defesa da paz e do meio ambiente para aqueles voltados a preservação a vida no planeta e, a busca do reconhecimento de direitos sociais e ampliação de cidadania para aqueles voltados a defesa da liberdade e da democracia, culminando no que Hobsbawm (1995) denominou de Revolução Social e Cultural.

Tal Revolução incidirá no cerne do espaço familiar, pois ela foi protagonizada pelos considerados Novos Movimentos Sociais², que são configurados, a partir das identidades particulares de seus membros (movimento estudantil, feministas, ecologistas, gay, comunitários etc.), favorecendo a construção de novos laços afetivos e, conseqüentemente de novas configurações de família, entre elas: as famílias extensas, homoafetivas, monoparentais, e as formadas por pessoas que moram só.

Outro fator favorecedor das novas configurações das famílias está atrelado ao desenvolvimento econômico, que com o recrudescimento das relações capitalistas, gerou

2. “Novos Movimentos Sociais” – tratado ora como alternativo ora como complementar do movimento sindical, os chamados NMS tem seu protagonismo e expansão nas décadas de 1960, 1970 e 1980. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010)

o empobrecimento acelerado das famílias, que aliada a perda gradativa da eficiência e da responsabilidade do Estado na prestação de serviços sociais públicos deteriorou as condições de vida da população.

Em consonância identifica-se uma expansão tecnológica que ampliou a expectativa de vida e acentuou mudanças na relação homem/mulher, bem como na reprodução e nos cuidados dos filhos e demais membros da família possibilitando uma convivência maior entre gerações no cerne das famílias, motivados pelos laços de sustentabilidade.

Tais fatores incidiram na linha dos cuidados da família que antes tinha a mulher como principal responsável pelos cuidados, e, atualmente, essa tarefa já encontra-se dividida entre os membros da casa a que o indivíduo pertence, embora a função ainda não seja retirada da figura feminina.

Assim, a família na contemporaneidade, que é aquela que é com quem se conta ou seja, não possui mais uma configuração fechada nas figuras de papai e mamãe, se encontra na “linha de frente” dos cuidados, tendo que construir entre os seus membros diversas estratégias para o enfrentamento dos desafios postos a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e subsistência nessa sociedade, cujos valores e regras serão postos em debate no tópico seguinte.

3 | ESTADO E O CUIDADO COM A FAMÍLIA

A alegria do nascimento de mais um membro na família, logo se torna em preocupações por parte de seus cuidadores. A educação, a alimentação, as vestimentas, os cuidados preventivos em saúde, enfim a nova vida que acabara de chegar ao mundo também precisará fazer parte dele e os grandes promotores disso são seus responsáveis. Responsáveis que pré-figuramos como os pais, mas não necessariamente sejam estes os promotores da satisfação das necessidades básicas dessa criança.

Na família, dão-se os fatos básicos da vida: o nascimento, a união entre os sexos, a morte. É a esfera da vida social mais naturalizada pelo senso comum, onde aparece que tudo se dá de acordo com a natureza, porque a família regula atividades de base ideológica, como o sexo e a reprodução humana.

Vimos que o cenário contemporâneo a família recebe várias configurações e sua composição passa a ser mais diversificada, portanto a proteção social primária, que se entende como a assistência não especializada, que é o primeiro sistema de proteção, no qual os indivíduos são inseridos, é efetuada tanto pelos pais como pelos demais membros da família e ainda pode ser estendida aos grupos próximos (Castel, 1998).

A proteção social secundária, aqui entendida como uma assistência especializada pode tanto ser provida pela família como também pelo Estado (idem). A primeira a realiza quando compra serviços como, por exemplo, financia cursos, plano de saúde, aluguel de casa, e etc.... O segundo quando produz serviços sociais e os direciona a população com

o intuito de atender as suas demandas sociais.

Observa-se que o traçado de assistência e cuidado com a família no Brasil, no que se refere as políticas sociais em destaque a de saúde e educação sempre estiveram associadas a lógica de manutenção e controle. Até os primeiros ensaios de proteção social as famílias, estiveram vinculadas ao trabalho, quando pensamos nos modelos de medicina previdenciária, no caso, das famílias que possuíam trabalhador de carteira assinada, enquanto os que não possuíam tinha sua assistência prestada na ótica da filantropia e caridade.

No caso brasileiro o Estado assume este papel somente em resposta ao movimento da classe trabalhadora, que no início do século passado entra no cenário político brasileiro, denunciando por meio de suas manifestações em prol dos direitos sociais, a desigualdade e os efeitos nefastos produzidos pelo capitalismo maduro na relação com o grande motor de seu desenvolvimento, o trabalhador (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Esse fenômeno, que é denominado questão social³, vai influenciar diretamente nas relações nas famílias, principalmente a das famílias de classe mais abastardas, cujo movimento é garantir a sua prole condições mínimas de sobrevivência, ou seja, os trabalhadores lutam em busca de direitos sociais, da proteção social.

A resposta dada as tais manifestações foi formatada em políticas sociais, que representa uma pactuação entre três atores sociais, a saber: a classe trabalhadora, o capital e o Estado. Todos tinham por meio das políticas sociais a manifestação imediata de seus interesses. Os capitalistas conseguiam controlar a classe trabalhadora e com isso diminuía os conflitos, greves e manifestações, promovendo um desenvolvimento e concomitantemente a acumulação de capital. O Estado mantinha uma “pseudo” harmonia e equilíbrio econômico e a classe trabalhadora tinha as suas necessidades sociais “supridas” pelos serviços sociais prestados a ela pelas políticas.

Nesse contexto o capital consegue avançar em sua era gloriosa e o Estado complementa o papel de provisão de necessidades da família, que até então era somente assumido por ela. Essa contribuição do Estado será denominada pelos conservadores de “paternalismo”, devido a relação com o papel de provedor, que o pai assume na família patriarcal brasileira.

Cabe o destaque para as políticas de saúde e assistência social, que por meio de um resgate da história sofre um desmonte no que tange a conquistas da análise das políticas brasileiras, desde o início do século XX até os dias atuais, é possível identificar que o processo de descentralização e a normatização destas políticas públicas uma significativa desestruturação e precarização dos serviços. A precariedade e a inversabilidade no que

3. “[...] o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho, dá as condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais.” (IAMAMOTO, 2001, p.16-17).

tange a garantia da universalidade e integralidade defendida nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Apesar de todas as mudanças que ocorreram em seu cerne a família ainda se destaca no cenário social, econômico e político como a principal provedora das necessidades básicas dos indivíduos e isso é previsto até mesmo pela Constituição Federal que coloca, por exemplo, a responsabilidade da proteção social de crianças e adolescente primeiramente sobre a família, depois a comunidade e por último o poder público.

Toda essa efervescência de lutas somadas as transformações societárias produzidas pelas grandes guerras e estimuladas pelas crises econômicas do século XX trará um novo perfil as famílias dando a elas uma classificação de contemporâneas, que se distingui das demais naquilo que tange a sua composição e organização de tarefas.

Contudo, a discussão em tela não perpassa pelo debate da existência ou não de uma política social de família, mas sim sobre o novo (velho?) papel interpretado pela família e em consequência pelas redes sociais primárias na proteção social, principalmente no que se refere aos cuidados de saúde. Nesse contexto outra reflexão emerge, mas com o intuito de responder

A relação da família como agente promotor do cuidado a coloca na condição de mantenedora total da proteção social, o que historicamente era viável, quando não se pensa em direitos sociais e luta pela cidadania.

Tal característica será criticada pelos neoliberais como elemento promotor da instabilidade econômica e por isso algo novo deveria ser implantado no cenário social, econômico e político do país uma nova modalidade de Estado, cuja funcionalidade contribuirá para o desenvolvimento do mercado como ator principal e as necessidades sociais como mercadoria a ser consumidas pelo cidadão, que neste sentido é aquele que existe no mercado. Ou seja, um tipo de cidadania “regulada” pelo capital ou pelo consumo.

Para que esse novo modelo de Estado seja estabelecido, o Brasil passa por uma Reforma do Estado, que é classificada por BEHRING (2006) como uma Contra Reforma do Estado. O processo de reforma incidirá diretamente sob as políticas sociais, principalmente no tripé da Seguridade Social.

4 | SERVIÇO SOCIAL E AS FAMÍLIAS

O Serviço Social como profissão, “surge na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais, (...) que se instauram o espaço histórico-social que possibilita a emergência da profissão” (NETTO, 2001, p.69). Em outras palavras surge da ação do Estado na regulamentação da vida social, na gestão dos conflitos de classe, com o papel de estabelecer vínculo entre usuário – portador de necessidades - e a instituição – prestadora de serviços, exigindo do profissional uma capacitação para

identificar os fatores sociais, culturais e econômicos presentes e intervir na tensão entre a produção das desigualdades e produção de rebeldia e da resistência e possibilitar a percepção de alternativas para a garantia dos direitos de cidadania. Com isso, o assistente social compõe um conjunto do aparato tanto público como privado que busca o controle da classe trabalhadora, cujo acesso dele a ela será por meio dos serviços sociais, voltados para a amenização das necessidades sociais dessa classe, os quais são produzidos e viabilizados pelas instituições ligadas aos referidos aparatos. Cabe ressaltar que a provisão de tais serviços se dá no contexto de um “pacto de dominação”, no qual Estado, trabalhador e representantes do capital firmam uma dada organização da sociedade em prol do desenvolvimento capitalista.

Nesse cenário configurará a demanda para o assistente social, que não deriva diretamente do trabalhador, que é o alvo de sua ação, mas sim do patronato, que é quem diretamente o remunera. Daí lhe é exigido o cumprimento de metas estabelecidas e o seguimento de normas e rotinas pré-determinadas. Isso caracteriza que o Serviço Social, também é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, projetando-lhe alguns limites sob a sua ação interventiva.

O assistente social como trabalhador está submetido a normativas institucionais duras, autoritárias e burocráticas, gerando dois possíveis perfis de profissional: um, que ligado a sua condição de trabalhador subalterno e dependente do salário para sobrevivência, se subordina a determinados “institucionalismos” sem questionar, pois em dados momentos a necessidade de se manter o emprego é mais prioritária do que colocá-lo em risco em defesa de “ideologias” da profissão e, portanto, se fecham no pragmatismo e com isso perdem o direcionamento de seu fazer profissional. E, o outro, que mantém a mesma necessidade do primeiro, mas sabe o momento certo de recuar ou de avançar, pois reconhece os seus limites como trabalhador, assim como conhece a sua capacidade de mediação e produz uma ação reflexiva contínua, não se permitindo esmorecer no pragmatismo.

Cabe aqui enfatizar que, embora aja esta duplicidade, o assistente social, por formação, possui uma qualidade de intelectual, que o capacita para uma “intervenção na realidade, utilizando-se dos conhecimentos socialmente acumulados e produzidos por outras ciências, aplicando-os à realidade social para subsidiar sua prática”, cujo instrumento básico de trabalho é a linguagem (IAMAMOTO, 1998, p.88).

Com isso é possível compreender que o Serviço Social é dotado de instrumentalidade, pautada em um conhecimento específico sobre a realidade e as relações sociais, oriundo dos esforços acadêmicos e científico da profissão em alcançar uma maturidade nas suas produções teóricas, portanto, é portador de um conhecimento que faz do assistente social um profissional que articula a teoria com a sua capacidade técnico prática, o que o subsidia na intervenção sobre a

problematização construída a partir da especificidade do espaços institucionais nos

quais a questão social se materializa sob a forma da relação entre os serviços que devem ser prestados e a busca pelo acesso a estes pelo usuário como sujeitos do direito de cidadania” (REZENDE, 2006, p. 40)

Daí o viés prático interventivo da profissão, ou seja, a ação do assistente social requer um determinado conhecimento sobre a realidade social em sua totalidade não desprezando as singularidades nem as particularidades a ela inerentes, o que lhe servirá de base analítica para a produção de uma ação interventiva, cujo objetivo é mudar a realidade, embebida das desigualdades e fetiches impostas pela ordem vigente, em uma nova realidade pautada na defesa da liberdade e da democracia. Em outras palavras, o Serviço Social interferirá sob as sequelas produzidas pela questão social nos indivíduos e nas relações sociais propondo ações que viabilizem a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Mas o Serviço social somente alcança esse patamar de reconhecimento de seu papel e a sua funcionalidade social após um longo período conhecido como Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que resultou na construção de um novo perfil de profissional, pautado em uma nova concepção de mundo e de sociedade, aportada na visão de questão social em sua totalidade dentro de uma universalidade com suas singularidades. Tal compreensão parte da visão de que o Estado para Marx é um Estado de classes, não sendo este mera encarnação da Razão universal, mas sim uma entidade particular que em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses comuns de uma classe particular.

Enfim, o assistente social se insere, como mediador entre as necessidades dos indivíduos e as possibilidades de sua satisfação e através de uma intervenção no processo sociopolítico, econômico e cultural no qual o indivíduo se ingressa. Isto é, manter e fortalecer o intercâmbio com os outros profissionais, articular mecanismos de incorporação de organizações da sociedade civil, fornecer e/ou encaminhar a recursos sociais, realizar atendimentos individuais ao usuário e ao seu ciclo de convivência continuado, possibilitando-o iniciar a retomada da reintegralidade frente à organização de sua vida cotidiana.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É com essa visão que o assistente social vai atuar nas múltiplas expressões da questão social, vivenciada pelo indivíduo no trabalho, na família, na saúde, na educação, nas relações sociais em geral. Assim, ele não terá dúvidas quanto ao papel que assumirá e desenvolverá frente a instituição, a sociedade e ao usuário, cujas ações o direcionarão para a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania; defesa do aprofundamento da democracia, posicionamento a favor da equidade e justiça social; empenho na eliminação de todas

as formas de preconceito; e compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população (CFESS, 1993).

Dessa maneira, o Serviço Social no trabalho com as famílias deve fortalecer a compreensão sobre a totalidade que a família está inscrita no seu cotidiano, reconhecendo a importância do seu protagonismo no cuidado e na configuração das políticas sociais, não sendo apenas objeto passivo da ação do Estado, mas protagonista da sua própria história.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine, R.; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social – fundamentos e história. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.2).

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br>. Acesso em 11 de outubro de 2008.

CFESS. Código de Ética profissional do Assistente Social/1993 e Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Serviço Social. Brasília, 1993.

CRESS. Assistente Social: ética e direitos. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. Coletânea de Leis e resoluções. RJ. 4ª ed, abril, 2005.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). Cia das Letras. São Paulo, 1995.

IAMAMOTO, Marilda, V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.5).

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In:CFESS / ABEPSS; CEAD / UnB (org.). Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD / UnB, 1999.

VASCONCELOS, Ana Maria. A prática do Serviço Social – cotidiano, formação e alternativas na área da saúde”. 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

P

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

Q

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

R

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

S

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020